

SABERES DO TRABALHO E EDUCAÇÃO POPULAR NA COOPCARMO: PROJETO LIXO É VIDA

SANTOS, Ana Maria Marques. – UNESA – anamm@ism.com.br

DELUIZ, Neise. – UNESA – ndeluz@uol.com.br

GT: Educação Popular / n.06

Agência Financiadora: Sem Financiamento

A crise do trabalho que se aprofunda nos anos 1990 nos países periféricos, em especial, na América Latina, surge como consequência de dois processos estruturais de evolução do capitalismo nos países centrais: a modernização da produção e heterogeneização do mercado e a reconfiguração do aparelho de Estado acompanhada do estreitamento das políticas públicas sociais.

No primeiro processo, as mudanças tecnológicas e organizacionais nas empresas e a reestruturação dos mercados internacionais acarretam o esgotamento da absorção da força de trabalho e, simultaneamente, possibilitam o acesso à satisfação das necessidades e aspirações de parte de setores da população, em especial daqueles que ainda são capazes de consumir e aumentar o lucro do capital. Entretanto, um significativo¹ grupo de sujeitos sociais é colocado à margem dessas mudanças permanecendo no reino das necessidades mais básicas, as de sobrevivência, carecendo de bens e serviços, inscritos na categoria de essenciais.

No segundo processo, temos a realidade de um Estado mínimo, que não tem conseguido assegurar recursos e serviços voltados ao interesse público, e cujas políticas sociais vêm sendo substituídas pelo mercado, através da privatização de serviços que passam a ser prestados por organizações que constituem o público não estatal, entre elas as organizações não-governamentais – ONGs.

Tais processos de estruturação do capitalismo provocam um dualismo estrutural na economia e na vida cotidiana dos sujeitos. Por um lado, mercados com crescente modernização e sofisticação, porém sem expansão social, atingindo camadas minoritárias e possibilitando o aumento de qualidade de vida para alguns. De outro lado, um setor marginalizado, onde recrudescer o empobrecimento e que apresenta crescimento vertiginoso. Ambos, envolvidos pela ideologia neoliberal, que acirra a desigualdade social e impede um desenvolvimento humano mais digno e integral.

¹ Só no Brasil são 55 milhões de pessoas na linha de pobreza ou abaixo dela. Possuem renda familiar igual ou inferior a R\$ 79,00, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2001).

Surge, nesse contexto, a economia popular, resultado de experiências e iniciativas, que estando deslocadas dos dois sistemas formais de destinação de recursos - mercado e Estado-, precisam se organizar e garantir caminhos de subsistir para atender à satisfação das necessidades econômicas das populações excluídas. Icaza e Tiriba (2003), apontam a economia popular como forma de garantia das necessidades básicas, materiais e imateriais, através da utilização da força de trabalho e dos recursos disponíveis dos setores populares, nas suas atividades econômicas e práticas sociais. A economia popular encontra-se ligada diretamente à reprodução ampliada da vida, transcendendo a obtenção de ganhos materiais (CORAGGIO, 2000).

Segundo Razeto (2001) pode-se distinguir três níveis de estratégias dos sujeitos face aos problemas econômicos: *estratégias de sobrevivência*, que são atividades transitórias de emergência para a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência fisiológica; *estratégias de subsistência*, quando há a satisfação das necessidades, mas não são assumidas como opção permanente, embora possa durar e estabilizar-se; e *estratégias de vida*, que ocorrem com a valorização de certos espaços da atividade que realizam – a liberdade, o companheirismo, a autogestão, e optam permanentemente pelo empreendimento buscando crescimento para além da subsistência.

Na busca da sustentação econômica e social as atividades cooperativadas vêm ganhando destaque no atual contexto, como forma de enfrentamento ao modelo econômico vigente. Na América Latina as cooperativas populares têm exercido uma ponte entre as práticas comunitárias e as demais organizações sociais de ordem mais complexa.

Ainda que essas cooperativas tenham recebido o apoio da política vigente, tendo em vista o apaziguamento das demandas sociais e a reprodução/manutenção da estrutura da comunidade, através do controle de grupos majoritários e/ou cooptação das lideranças (FALS BORDA apud NASCIUTTI, 2001), Razeto (1997) destaca a importante contribuição dos projetos ligados ao associativismo, cooperativismo e à economia popular, cujo cerne de ação é o resgate dos sujeitos e de suas relações cooperadas e solidárias para além do plano das relações meramente capitalistas.

É neste contexto que se situa a Cooperativa de Reciclagem de Lixo, a COOPCARMO, na Baixada Fluminense, formada por 19 cooperados, pessoas situadas na e abaixo da linha de indigência - em sua maioria mulheres -, que tem como filosofia a geração de trabalho e renda, a inclusão social e o resgate de cidadania através da ação de coleta seletiva, na comunidade local e municípios adjacentes. Atualmente, a

Cooperativa vem estabelecendo parcerias com o poder público – Prefeitura do Município de Mesquita -, com empresas como a Petrobrás, a fim de implementar projetos de coleta seletiva e beneficiamento do lixo, formação e inserção de catadores de rua em atividades socioambientais, bem como, com as escolas municipais, comércio e comunidade local.

Observamos que apesar de serem sujeitos imersos na exclusão, alguns puderam iniciar a percepção de si em relação às formas de necessidade produtiva e de sobrevivência, a partir do fazer cooperativo que emergiu do projeto inicial - Lixo é Vida, com o apoio da ONG Autre Terre². O diálogo com a literatura da área nos apontava este projeto como espaço de resistência e re-invenção, que ampliava e redimensionava os conhecimentos ali gerados, assim como os significados pessoais e coletivos construídos a partir das ações educativas não-formais desenvolvidas no trabalho cooperativo sob a forma de uma nova economia, a que Singer (1997) chamou de única alternativa válida e progressista ao capitalismo.

Este estudo é resultante destas inquietações³ e teve como objetivo analisar as experiências e práticas desenvolvidas por uma Cooperativa de Reciclagem de Lixo, a COOPCARMO, situada no Município de Mesquita, Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, enfocando os saberes teóricos e práticos que constituem a cultura do trabalho na Cooperativa e as redes de ação coletiva que são estabelecidas com a comunidade a partir das atividades socioambientais.

Partimos do pressuposto que a relação entre educação e trabalho não pode continuar a ser vista unicamente sobre a ótica da produção e consumo, onde há ênfase nas competências e habilidades voltadas basicamente para os processos produtivos, mas a educação deve ser necessariamente transpassada por uma dimensão sociopolítica, com prioridade nas experiências de solidariedade e de realização pessoal e coletiva no âmbito de um projeto social mais democrático. A perspectiva de uma educação dialógica, segundo Freire (2001), somente poderá concretizar-se no trabalho conjunto e

² A ONG AUTRE TERRE (<http://www.autreterre.org>) tem atuação internacional e seu objetivo é apoiar ações de tipo econômico visando atingir as causas da miséria. Atua desde 2002 no Projeto Lixo é Vida, que se tornou uma Cooperativa em junho/2003, além de outros projetos no Brasil.

³ Reportando nosso olhar sobre a trajetória do Grupo de Trabalho em Educação Popular da ANPEd resgatamos memórias e pista significativas, em especial, sobre as que Azibeiro (2004, p.1) chama do “diálogo entre perspectivas que se assumem e se respeitam como diferentes”. Reconhecendo o diálogo como a marca desse grupo de trabalho que se constrói e avança ao longo dos anos, foi bastante interessante reconhecer-me, encontrar-me no decorrer daquele texto, uma vez que por algumas vezes tive a oportunidade de vivenciar e participar daquelas mesmas discussões, tornando-as vivas e significativas para a minha práxis. Nesse sentido, é que pretendemos apresentar este estudo, buscando novos olhares e reflexões.

no intercâmbio de ações e sujeitos, onde possa haver a aceitação valiosa das diferentes contribuições de cada um, embora oriundas de diferentes bases, sejam elas provenientes do conhecimento acadêmico, seja do conhecimento popular, do fazer-ação.

Souza Santos (1997) refere-se às perguntas que para ele fazem avançar o conhecimento, denominando-as como aquelas capazes de penetrar nos pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber constituído, onde o valor e a ética são introduzidos nos conceitos científicos, chamando-as de perguntas poderosas e contra-hegemônicas. Esta perspectiva é reiterada por Bourdieu (1998), ao dizer que é necessário lutar contra a tecnocracia econômica, através do emergir do conhecimento dos homens, do seu cotidiano e do seu sofrimento.

É o grito abafado dos excluídos frente às seqüelas e implicações da exclusão social a que estão submetidos e que ecoa pelo currículo oculto dos trâmites educativos formais e pelas veias alternativas da educação para além da formalidade escolar. É a busca de espaço de inclusão, o qual temos a intenção de compreender, através do olhar sobre os saberes, ações, intenções e interações na e daquela comunidade e seu entorno, considerando suas práticas.

Educação Popular – pelos caminhos da Economia Popular e Solidária

No contexto dos anos de 1990 observa-se a ampliação de experiências de Economia Popular e Solidária e, também, um redirecionamento dos propósitos da Educação Popular. Esta que tinha seus objetivos mais centrados na política e na transformação da sociedade sofre re-encaminhamento para as questões do indivíduo, sua cultura e representações (GOHN, 2002). Para Brandão (2001), nas idas e vindas das conceituações da Educação Popular, podem-se encontrar quatro posturas: educação popular compreendida como derivação ideológica da pedagogia; como relevância cultural, onde a militância ocupa o lugar da competência profissional; como fenômeno situado e datado na história da educação de alguns países da América Latina – em especial o Brasil; e como história longa e fecunda, polêmica e diversificada.

Apesar das atividades de educação popular terem, historicamente, privilegiado os processos de alfabetização de adultos e de promoção de desenvolvimento local, posteriormente, direcionou-se para “intervenções no terreno da consciência, da ideologia e da cultura (CORAGGIO, 2000, p.127).” Para o autor, a educação popular possui enfoque educativo, voltado aos grupos à margem do sistema formal de ensino e

um direcionamento para além do campo educativo, abrangendo o campo político que considera a exclusão e os oprimidos do sistema social.

Nesse sentido, Gutiérrez (2001, p.100), sinaliza que “a produção e a organização são hoje, na América Latina, os componentes substantivos e sustentadores de todo o processo de educação popular”. O autor destaca uma educação socialmente produtiva, onde a produção, a organização e a educação compõem um processo integrador e relacional. Existe uma relação sociopolítica que amplia o entendimento dos fatores econômicos, organizacionais e educativos gerados nas economias populares.

É possível, portanto, que no contexto da produção cooperativa e solidária a educação popular encontre novos caminhos e alternativas de ação, onde o trabalho socialmente produtivo também seja educativo. A solidariedade como fator humanizante acaba sendo encontrada, tanto na perspectiva dos processos de economia popular, quanto nos de organização e de educação popular.

Trata-se de ampliar os espaços educativos que promovam novos saberes e novas práticas sociais. Para isso, um dos pontos de partida é não só compreender a produção associada como instância educativa (TIRIBA, 2001, p. 363), mas captar as formas como os trabalhadores de atividades populares vêm organizando seus empreendimentos para além da reprodução ampliada do capital, no sentido da reprodução ampliada da vida, como nos sinalizou Coraggio (2000).

Independente dos trabalhadores terem ou não acesso à escola formal, o processo de produção e acumulação de conhecimento acaba por ocorrer em diversas circunstâncias, permeado pelas mais diversas relações sociais. É importante lembrar que a construção do conhecimento é decorrente da articulação dos diversos saberes demandados no processo produtivo, e que quando se trata de espaços que primam por uma produção associada, buscam a superação da lógica capitalista – da fragmentação e de controle dos conhecimentos dos trabalhadores.

Tiriba (2001, p.210) aponta a produção associada como lugar onde o mundo do trabalho “é princípio e fim educativo, é fonte de produção de conhecimento e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais”. Lembra-nos que não se propõe aqui a mera substituição do espaço educativo escolar, mas se reconhece a necessidade de ampliação do conhecimento dos trabalhadores sobre o mundo do trabalho, ressaltando-se ainda os riscos que podem decorrer de objetivos que norteiam os processos educativos de formação dos trabalhadores se voltarem apenas para a lógica da empregabilidade e da sobrevivência.

Gutiérrez (1993, p.25) aponta que os interesses externos aos setores populares podem imputar a esse processo de formação uma lógica instrumental ao: “manter a atual estrutura produtiva com uma roupagem modernizante, desconhecendo os objetivos e a natureza sociopolítica de todo o processo de desenvolvimento humano”.

Em uma sociedade em que o mercado estimula o desenvolvimento de um homem meramente econômico, desvalorizando suas multidimensões, a luta por libertar-se de um comportamento prescrito - que adere ao opressor e às suas práticas e valores dominantes-, não se dará apenas individualmente, pela necessidade de superar sua condição de submissão (FREIRE, 2005) mas, as experiências coletivas poderão representar o potencial de ruptura necessário frente à organização capitalista do trabalho:

Esse é o trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar. A Libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos (FREIRE, 2005, p.38).

Nasciutti (2001) ao relatar algumas experiências com Projetos de ação comunitária (oficinas, rádio comunitárias, reciclagens de lixo, oficinas profissionalizantes, creches, centros de lazer, música, artes, entre outras), lembra que por mais distantes que estes possam parecer estar das ações econômicas, culturais, ambientais que primem pela integralidade do ser humano e sua relação social mais global, o que se pode apreender são elementos ricos em aspectos da cidadania, resgate de auto-estima, conscientização e estabelecimento de um lugar de ator social, lugar esse marcado pela ação, pela mobilidade e saída da passividade para uma ação de interação, onde os sujeitos possam nela reconhecer-se.

A COOPCARMO: saberes construídos na prática do trabalho

Em pesquisa qualitativa realizada com o objetivo de investigar as práticas educativas desenvolvidas na Cooperativa, os saberes teóricos e práticos construídos no trabalho e no cotidiano do grupo, assim como as relações que se estabelecem dentro o fora da Cooperativa a partir das redes de ação coletiva com a comunidade, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, a entrevista semi-estruturada e a observação dos fazeres internos e externos da Cooperativa, tais como a atuação dos cooperados durante os projetos e trabalhos realizados junto à comunidade.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas de 2003 a fevereiro de 2005, com a liderança da Cooperativa e com 12 cooperados; com a representante e com a facilitadora da ONG Autre Terre. Os resultados foram sistematizados em eixos de análise, detalhados a seguir.

O que dizem que sabemos

A escolaridade formal dos cooperados gira em torno do fundamental incompleto, a maioria sem o término do primeiro segmento.

(...) Eu queria aprender a escrever, porque ler (...) Eu sei ler a Bíblia, e soletro “lixo é vida”, recicle, lixo é vida, mas só que se a senhora falar assim, escrever aquilo dali, eu não consigo gravar as letras, isso que acontece comigo (LINDA MÁRCIA).

Segundo o olhar da facilitadora da ONG, a superação das dificuldades em relação ao processo de conhecimento, passa pelo resgate do sujeito integral, iniciando-se pela reconstrução de sua auto-estima, do reconhecer-se com alguém capaz de realizar, o que Gohn (2000) afirma ser o poder confrontar o que se tem com o que está sendo recebido, com a finalidade de re-elaboração.

(...) Às vezes temos uma baixa de auto-estima ao tratar de todas as coisas. Então, eu acho que esse é o grande ponto, eu acho que educação é o grande caminho, educação para mim é convivência, conhecimento, experiência (...) então eu acho que começa por aí, você trabalhar a auto-estima, depois a autonomia (...) Vem o momento da palestra, a gente também tem os cinco minutos do “fala grupo” na reunião, abrir e falar do grupo que é para eles se colocarem, fazer os folhetos, são ações que a gente tá tentando, além das oficinas (JAQUELINE – facilitadora da ONG).

A formalidade e a não-formalidade das ações educativas no trabalho tecem-se em conjunto. A organização e a dinamização das reuniões da cooperativa, o registro das discussões e decisões coletivas em atas, a organização dos roteiros de coleta seletiva nos entrepostos, a preparação das escalas de atividades - coleta no caminhão, separação na reciclagem, a organização do bazar de venda de peças re-aproveitáveis -, mesclam-se à intuitiva preparação dos textos dos *folders* de divulgação, à organização/catalogação experimental de materiais recicláveis, às dificuldades geradas pela ausência de letramento, até ao fazer-ação no momento de "ensinar o serviço" a outro cooperado.

Esses saberes têm sido trabalhados nos espaços informais de ações do grupo como os relatados acima pela facilitadora, a exemplo do espaço do “fala grupo”, onde cada um pode trazer informações, falar das questões comuns ou individuais, num exercício de reconhecimento da realidade e das possibilidades de sua transformação.

Fica claro que as tentativas de escolarização se tornam distanciadas uma vez que o universo da educação formal apresenta-se cindido da realidade dos cooperados, que apesar de desejarem resgatar a questão da escolarização, encontram impedimentos, como os apontados por Linda Márcia, ao se referir à possibilidade de voltar à sala de aula:

(...) Ah! Fica todo mundo, olhando pra minha cara, todo mundo rindo. Ah se ainda fosse aqui, ia ser mais fácil, mas eu acho que eu não vou conseguir aprender nada não, quando eu tiver que gravar as coisas que nem as crianças. Já me falaram, porque você não arruma um serviço em uma loja, ai eu falo, gente eu não vou conseguir gravar assim, trabalhar no mercado, fazer conta, eu não tive estudo, não sei matemática (LINDA MÁRCIA).

Retomando Freire (1987), o que parece gerar tal distanciamento é que no trâmite educativo se insiste em ler a palavra como um fim em si mesma, esquecendo que esta deveria se destinar a ler o mundo, sua cultura, seu sentido, uma vez que o existir dos sujeitos se dá pela palavra, pois:

Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens e mulheres se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 1987, p.92).

Nesse sentido, a educação popular assume o aporte e o suporte necessários ao entendimento das possíveis mudanças que são inerentes ao processo de educação pessoal e coletiva, como nos relata Laudicéia:

(...) O importante é isso daqui. Aqui o que vale é a força de vontade e a qualidade que nós temos aqui dentro. Nós temos vários conhecimentos. E para as pessoas que vão chegando a gente vai repassando conhecimento. Isso é educação pura! (LAUDICÉIA).

Esta fala nos remete ao que Gutiérrez (2001) destaca como os componentes substantivos e sustentadores da educação popular: a produção e a organização. Em uma educação socialmente produtiva esses elementos em conjunto constituem um processo integrador e relacional.

Como se aprende e se produz conhecimento aqui

Parece ser nesse processo de integração que acontece a produção e a socialização do conhecimento dentro da COOPCARMO e nas suas relações com a comunidade. Retomando mais uma vez Gutiérrez (1983), um grupo que, de forma associativa, trabalha e reflete de forma crítica e dialógica sobre as suas produções vive, certamente, um intenso processo educativo.

(...) O que a gente aprende aqui, passa para os outros (...) aprendi né? Ainda não sei falar direito. Aprendi o que é PET, o que é um papel, plástico. É, mas a gente já sabe que em uma palestra dá para falar alguma coisa. Eu nunca fui dar palestra. Acho que vou ficar com vergonha de falar (ELIETE).

A produção associada estabelece-se como instância educativa (TIRIBA, 2001), que educa os cooperados não só a partir das relações que se estabelecem nos fazeres cotidianos, mas nas demais relações com a sociedade. É interessante a fala desta cooperada ao se referir à dinâmica empregada nas palestras que ministram sobre o trabalho da reciclagem, seja nas escolas públicas ou privadas, empresas, comunidades e até mesmo universidades. É uma relação de saber não impositivo, mas marcado pelas dinâmicas participativas, nascido a partir do interesse e desejo daquele que quer aprender.

(...) As pessoas elogiam a gente depois da palestra. A gente pergunta primeiro o que eles querem saber. Porque se a gente ficar falando e fala coisas que eles não querem saber (...) Então a gente só responde o que eles querem saber (...) Tem colégio que a gente chega e as crianças são debochadas. Mas é assim mesmo. Pelo nível deles, eles são nada humildes. Deixam a gente sem jeito né? Eles falam coisas que não sabem né? (...) Na coleta de lixo a gente vê que está ensinando a reaproveitar os materiais. Muitas coisas que as pessoas jogam foram pensando que a coisa não vale mais nada e aí a gente tá mostrando que tem utilidade, vê que dá pra reaproveitar (VÂNIA).

Aprender mais para quê?

Como foi destacado por Tiriba (2001), a produção e a acumulação do conhecimento em diversas situações, em especial quando se trata de uma produção associada, se dá no desvelar dos vários saberes do processo produtivo, através da articulação e promoção do conhecimento entre os sujeitos, da construção de valores e de

sua própria reconstrução, como relata Jaqueline ao se referir às experiências vividas nas oficinas com os cooperados:

(...) Na reciclagem tem transformação dessas coisas, eu trabalho muito com essas oficinas, de fazer caderno, brinquedo, objeto, transformar roupa. Enfim, reaproveitar essas coisas para uma transformação, que eu acho que faz um processo, que trabalha a auto-estima direto, é você estar transformando uma coisa sem uso, que seria descartada, e aquilo ter uma função, uma vida de novo, com a sua participação. É uma coisa que mexe por dentro. É uma reconstrução (JAQUELINE – facilitadora da ONG).

É necessária a ampliação do conhecimento dos trabalhadores sobre o mundo do trabalho, como visto em Tiriba (2001), entretanto, será necessário estar atento para que estes não se ancorem nos princípios apenas da sobrevivência ou das competências técnicas que atendam às demandas da produção.

(...) A gente pode ensinar no meio que a gente trabalha. Mas tem muita coisa que a gente não sabe ainda. Neste trabalho que a gente faz, a gente dá palestra, aquilo que realmente a gente sabe. Tem coisas que a gente precisa saber mais. Como separar, como coletar na rua. Mas tem muita coisa que a gente precisa aprender. Precisa aprofundar mais (VÂNIA).

Em relação à aquisição de conhecimentos voltados para equipamentos e tecnologias que pudessem melhorar a produção - além da prensa e do computador que já existem -, não surgiram considerações a esse respeito, apenas alguns indicadores da necessidade de ampliação de conhecimentos, como descritos acima.

É interessante a colocação de Freire (2005) ao se referir às rupturas necessárias em relação às contradições que do capitalismo emergem: ser sujeito potencialmente econômico, e/ou potencialmente humano. Como dito por Tiriba (2001), a formação técnica e humana necessitam coexistir, para que seja possível o reapoderamento do conhecimento por parte dos trabalhadores.

Eu quero, mas tenho medo

A necessidade desse reapoderamento, que inclui também a qualificação para a realização do trabalho, é clara nas falas dos cooperados, que impregnadas por aspectos pessoais e profissionais oscilam entre o medo, a ousadia e a possibilidade de realizar cada atividade.

(...) Me deu medo sim. Fiquei nervosa. É difícil. É um trabalho diferente comparando com os lugares que eu trabalhava. Mas em três

dias eu consegui superar isso. E percebi o que era a proposta (CRISTINA).

(...) A gente nem separava direito. O PET a gente botava junto com o plástico e achava que íamos vender. E não vendia. Na nossa cabeça poderíamos vender tudo junto. Hoje em dia se a gente botar tudo junto está errado. Porque cada material é um. Esse é um, aquele lá já é outro. Eu acho que melhorou muito bem, aprendemos muitas coisas novas. Coisa que a gente não sabia, nem sonhava em saber. Hoje em dia a gente já sabe (VÂNIA).

(...) A Elaine foi a Três Rios. Ela participou de um mini encontro das cooperativas. Sempre assim, envolvendo alguém. Se precisa, alguém tem que ir, não precisa dizer, alguém faz isso ou aquilo (HADA – liderança da Cooperativa).

A questão do reapoderamento dos conhecimentos não se restringe ao plano técnico, pois cada sujeito trabalhador cria suas próprias representações sobre si, sobre o seu trabalho e sobre o mundo, o que Coraggio (1995) chamou de formas alternativas de sociabilidade. As conseqüências das experiências vividas pelos cooperados são apontadas por Hada:

(...) Tem trazido ensinamento, tem trazido uma nova perspectiva para cada cooperado, assim existem mudanças na vida dessas pessoas. Acho que mudou sim. Por exemplo, tem a Vânia. Houve uma mudança na vida da Vânia. A Vânia é uma moradora de rua e chegou um momento da vida dela que ela chegou e falou assim: ela fica boba das compras irem até a casa dela e o entregador dizer assim: Dona Vânia, né? Isso marcou muito a vida dela. Ela falou isso. Hoje ela se chama D.Vânia. Essa é minha casa e eles batem palma pra chamar Dona Vânia. Era uma pessoa que não tinha endereço, era uma pessoa que não tinha casa, não tinha documento, não tinha nada, né? Houve uma melhora na vida desse grupo, né? Talvez passe até despercebido para eles mesmos. Como eles cresceram. Quantas pessoas têm documento, podem ir ao banco receber? Que, como é que falam, ser cidadão mesmo, de verdade (HADA – liderança).

Constata-se que no momento em que a ofensiva contra o trabalho torna-se cada vez mais nítida e onde a intensificação do uso da força de trabalho é necessária para atender às exigências do mercado (MONTAÑO, 2002), a organização de grupos locais como a COOPCARMO parece estabelecer uma outra “moeda” que determina a democratização da economia e da utilização de recursos (NASCIUTTI, 2000), tendendo para o desenvolvimento sustentável da sociedade como projeto viável e possível, como apontados nas propostas da Agenda 21 (1992), entre elas, a busca de alternativas para a flexibilização, a precarização e a expulsão de trabalhadores do mundo do trabalho. A formação política precisa ser aliada a uma formação profissional ampla que apóie o

trabalhador nas reflexões necessárias sobre os aspectos da produção e dos mecanismos de poder socialmente constituídos. Nesse sentido, a lógica do capital e a lógica do trabalho têm convivido e articulado mediações.

As redes de ação coletiva: espaços de aprendizagem

Para Cooperados e ONG, “o processo de conscientização da população é fundamental para a continuidade do projeto da Coleta Seletiva, cumprindo sua responsabilidade social de mudar mentalidades e hábitos para construir uma sociedade melhor” (COOPCARMO, 2004, p.1).

É nas experiências de organização/realização de encontros e reuniões com órgãos públicos – Prefeituras; na preparação para as palestras realizadas nas escolas e comunidade; nos contatos com outros pares: grupos de catadores, cooperativas similares, Recicloteca do Rio de Janeiro; nas reuniões regionais e nacionais; e no contato e negociação com os compradores de materiais (o mercado), que se constroem novos saberes e conhecimentos.

As práticas cotidianas da Cooperativa nas suas relações internas ou nas relações com a comunidade, tais como: promoção de coleta seletiva sistemática e organizada no município e adjacências; promoção de conscientização comunitária sobre o trabalho ambiental-social-cultural-econômico do projeto de reciclagem; palestras e atividades ministradas pelos próprios membros do grupo; ocupação de espaço de busca de cidadania (encontros, congressos e feiras, cursos de formação que tratem dos temas de interesse do grupo: meio-ambiente, reciclagem, cidadania, sustentabilidade); e promoção da reflexão cotidiana de suas práticas em reuniões organizadas e gerenciadas pelo próprio grupo - busca de gestão democrática, tornam-se instrumentos de ampliação de seus conhecimentos e saberes.

A partir destas práticas o grupo promove o suporte dos 19 partícipes, que são hoje capazes de gerir seu próprio sustento, numa perspectiva de autonomia, solidariedade e dignidade através do ser-fazer; reconhecendo a figura do feminino como força propulsora e de resistência à exclusão e implantando, com essas ações, a possibilidade de criação, de re-invenção, de alternativas.

As atividades realizadas pela Cooperativa com a comunidade constituem novas formas de interação social e acabam por construir redes de ação coletiva em torno daquilo que é primordial para o grupo e que chamam de lema: “Lixo é Vida, pois o lixo

gera trabalho, trabalho gera renda, renda devolve a dignidade e a possibilidade de prover a própria vida e a própria história” (HADA, liderança da Cooperativa).

Considerações Finais

A análise das experiências e relações que se tramam e se plasmam nos fazeres da COOPCARMO, apontou a relevância dos conhecimentos e saberes construídos nos processos associativos populares de geração de trabalho e renda como contraponto à crise do mundo do trabalho e à crise socioambiental, vislumbrando outras formas de pensar as relações entre trabalho, natureza e educação.

Parafrazeando Martins (2000), aqueles que o corpo social tomou por insignificantes e que como insignificantes são tratados permanecem, entretanto, em *movimento* e, justamente por isso, mantêm-se por mérito próprio, inseridos na composição do movimento social.

A proposta desse estudo referenciou-se no trabalho como princípio educativo, na Educação Popular como uma educação crítica, e na Economia Popular e Solidária como uma alternativa aos processos socioeconômicos excludentes, na perspectiva da construção de sujeitos que lutam por espaços de resistência e de re-invenção, ampliando e redimensionando o conhecimento e seu significado pessoal e coletivo.

É nessa vertente de indagação-reflexão, o *que fazer* nos ditos de Freire (1996), onde a consideração da cultura e da história dos sujeitos e seus grupos favorecem o questionamento crítico da sua realidade, necessidades e logo possibilidades, que acaba por respaldar-se um fazer coletivo de trocas e construções, marcadas por uma gama de aprendizagens significativas que vão consolidando o fazer cotidiano, mesmo diante de adversidades pessoais e coletivas.

Apesar das diversas caracterizações atribuídas à Educação Popular, esta parece ter como marca uma proposição/proposta, e se nela há algum intento/intenção, nos parecer ser o espaço dialógico *da possibilidade e da contradição*. Possibilidade de busca da autonomia e da liberdade, mesmo operando nos espaços da racionalidade capitalista, na perspectiva de construção de espaços de reprodução ampliada da vida.

Com relação aos aspectos do trabalho organizado e produzido pela cooperativa, é possível aos cooperados, liderança e ONG Autre Terre, perceber o sentido da construção de um novo conceito de trabalho – um trabalho resignificado a partir da

consideração de outros valores, e a importância destes para o empoderamento dos sujeitos.

Cooperados, liderança e ONG Autre Terre, ao mesmo tempo em que buscam primar pela cooperação, solidariedade e democracia, encontram-se pressionados pela necessidade de produtividade. A ONG sinaliza também para uma resignificação do trabalho, considerando, entretanto, as exigências do mercado. É interessante lembrar que os benefícios conquistados pelo grupo revertem-se para o mesmo sob forma de subsistência digna, de aprendizagens e parcerias. Entretanto, benefícios maiores e mais diretos acabam por direcionarem-se ao bem público – o social, e ao próprio mercado; os serviços a eles prestados têm dimensões bastante amplas.

Se por um lado a contribuição ao social é clara, o *feedback* não é recíproco, a formação ampliada e a luta pela qualificação formal não são contempladas, uma vez que a escola apresenta-se distanciada da vida e da realidade daqueles trabalhadores. Nesse sentido, o processo educativo dos cooperados vem ocorrendo dentro do espaço da organização e da produção, tentando o caminho da aprendizagem pelas potencialidades do espaço não-formal, na busca do resgate da auto-estima dos trabalhadores.

Em se tratando das ações geradas a partir da realização do trabalho da cooperativa, estas parecem residir no patamar do espaço público: cooperados, comunidade, poder público, empresas estatais e privadas, escolas, cooperativas, organizações ambientais, e demais instituições sociais nacionais e internacionais, entre elas a ONG Autre Terre, vêm formando uma rede de ação coletiva.

Esta rede de ação coletiva foi criada e projetos concretos que implicam em mudanças sociais podem ser considerados, tais como: a instituição do Programa de Coleta Seletiva no município de Mesquita, em parceria com a Petrobrás que buscará estabelecer políticas públicas sobre a questão dos impactos ambientais; o projeto da COOPCARMO - Coleta Solidária, que está ocorrendo como projeto piloto com 350 residências cadastradas pela Prefeitura; a abertura de espaço para publicização das questões socioambientais – I Expo Reciclagem e outros, que contou com a participação das escolas, empresários, academia, comunidade, ONGs, pequenos expositores; experiências sobre reciclagem; oficinas de reaproveitamento; projeto de capacitação de noventa catadores de rua que serão incluídos nos programas sociais da Prefeitura, buscando o resgate da cidadania desses sujeitos que terão sua formação iniciada pela própria COOPCARMO.

Dessa maneira, voltamos a re-visitar nossas inquietudes iniciais: como sujeitos à margem da escolarização e das demandas do mundo do trabalho, em condições precárias de todas as ordens, constituem seus saberes e práticas? Como se organizam e encaminham propostas diante de tais exigências?

A análise dessas experiências e relações nos traz contribuições das mais variadas dimensões: social, econômica, educativa, ambiental. Entretanto, parecer ser no campo da política e da cultura que acabam por envolver todas as demais ordens, que se destacam as constatações desse estudo: uma forma de cultura cunhada inicialmente, pelo fazer – pelo trabalho, um tipo de trabalho resignificado, que surge como princípio e fim educativo no cotidiano daqueles sujeitos e que vai se ampliando para as demais relações sociais.

A complexidade que envolve tais fazeres nos coloca diante de uma gama de contribuições que são desenvolvidas nas atividades realizadas pelo grupo, seja pelo montante de lixo recolhido da natureza – prestação de serviço público; pelo resgate dos sujeitos através da geração de renda e da recuperação da dignidade; pelas aprendizagens dos cooperados e da comunidade, sob a ótica de outros valores sociais; pelas novas oportunidades criadas; pelas relações estabelecidas com o poder público e privado; pela interação estabelecida com a escola e pela inclusão através do reapoderamento do espaço social, entre tantas outras.

A COOPCARMO com seu movimento local e pontual acaba por congrega para a “roda de discussão”, os mais diversos atores sociais, representativos e significativos de nossa sociedade, mesmo que estes se apresentem com intenções muito distintas. E não seria esse nosso maior propósito? O de resgate do espaço público enquanto fórum social? Sabemos que não é pela busca de unanimidade, pela homogeneização, que a sociedade se tornará mais equânime, mas pela garantia do espaço de exposição/explicação/publicização da diversidade de idéias e concepções, das diferenças, que poderemos viabilizar e quem sabe alcançar a possibilidade democrática, de cidadania e inclusão social.

Referências

Agenda 21. **Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, UNESCO, 1992.

AZIBEIRO, N. **Qual o jeito do GT 06? Uma incursão em busca de pistas**. 27^a Reunião da ANPEd, Caxambu, 2004.

- BRANDÃO, C.R. **A Educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, P. **Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- COOPCARMO. **Informativo nº 03**, Rio de Janeiro, Mesquita, 2004.
- CORAGGIO, J.L. Desarrollo humano, Economía Popular y Educación. In: GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- _____. **Desenvolvimento Humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREIRE, A. M.A (Org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis/Paulo Freire**. São Paulo: UNESP, 2001.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOHN, M.G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. **Educação Popular na América Latina no Novo Milênio: impactos do Novo Paradigma**. São Paulo: ETD, v. 4, dez, 2002.
- GUTIÉRREZ, F. Educação Comunitária e desenvolvimento sócio-político. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e Economia Popular**. SP: Cortez, 2001.
- ICAZA & TIRIBA, 2003. Economia Popular. In CATTANI, A. D. (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz , 2003.
- MARTINS, J. de S. M. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NASCIUTTI, J. C. R. **Participação comunitária para melhor qualidade de vida**. Série Documenta. Nr. 11, Ano VIII. Eicos/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- NERI, M. **O mapa do fim da fome**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, agosto, 2001.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. & GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Revista Proposta**, 72. Rio de Janeiro: FASE, março/maio de 1997.

SOUZA SANTOS, B. **A queda do Ângelus Novus**. Para além da equação moderna entre raízes e opções. São Paulo: Novos Estudos - CEBRAP, 1997.

TIRIBA, L. **Economia Popular e a cultura do trabalho**: Pedagogia (s) da produção associada. RS: Ed. Injuí, 2001.